DOCUMENTO DE SUBSÍDIO PARA O DEBATE DA CONJUNTURA

- Julho 2024 -

Poética Escolar (Diva Lopes)

Que poesia daria conta de traduzir a conflituosa tarefa de educar? Que poética se faz necessária, para revirar a escola, a colorindo com os questionamentos da infância, a irreverência da juventude e as incertezas de toda uma vida? Que disputas ocupam o universo escolar? Quem determina os caminhos? Que realidade concreta o conhecimento produzido tem ajudado a desvelar? Quais os sacrifícios necessários?

Aos educadores que ensinam: Que conhecimento não deve ser reproduzido, que escola deve desvendar o desconhecido, e que mundo precisa ser reconstruído? Desejo uma poética escolar feita de povo, consciência e multidão. Capaz de inquietar a escola e provocar mudanças na educação.

Este Documento foi elaborado coletivamente a partir das reflexões da Executiva Nacional do FONEC como subsídio à Plenária Nacional a realizar-se em Brasília, nos dias 5 e 6 de setembro de 2024. Tem como objetivo apresentar uma leitura introdutória sobre o momento atual que incide sobre a leitura necessária do contexto em relação à Educação do Campo, das Águas e das Florestas para provocar a reflexão e o debate no âmbito dos Fóruns, Comitês e Articulações estaduais e regionais e ampliarmos de forma coletiva a análise e o plano de ação em nosso encontro presencial.

1. Elementos gerais da conjuntura

A análise da conjuntura é sempre uma análise datada, orientada por princípios históricos de análise e por projeções de luta. É uma interpretação dos acontecimentos presentes à luz da história, do momento atual em que vivemos e das bases teóricas que a orientam. Nossa base elementar de análise se sustenta sobre a correlação de forças na luta de classes e seus projetos.

Queremos inicialmente chamar a atenção para a consolidação de um novo campo de forças que vem se consolidando globalmente com a eleição dos trabalhistas na Inglaterra e com a vitória da esquerda na França, o que demonstra uma reviravolta nesse momento de ataques à democracia global burguesa que se mostra cada vez mais cambaleante no seu processo de hegemonia global e de resolver conflitos entre as nações.

Por outro lado, as guerras permanecem ativas: o genocídio do Estado de Israel contra o povo Palestino e a guerra provocada pelos EUA/OTAN entre Rússia e Ucrânia, que matam milhares de inocentes. E o que os organismos globais do capitalismo fazem sobre isso? Sem falar em tantas outras guerras no mundo em que as mídias internacionais e nacionais não demonstram qualquer interesse em debater, como é o caso do Haiti, a África e o Oriente Médio.

No continente latino-americano e caribenho também é grave a situação econômica, social e política. Em dados recentes da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), aproximadamente 30% da população desses continentes encontra-se na extrema pobreza, enquanto isso, os países ricos investem milhares de dólares e euros em armamento. Este processo só comprova que a pobreza e a miséria produzem cada vez mais milionários.

O que se vem notando é que nesta (des)ordem internacional, só resta à América Latina e ao Caribe obedecerem e se subordinarem cada vez mais ao mercado mundial. Essa rotina de exploração atravessa os séculos, e além das incontáveis sequelas sociais, tem deixado um legado de destruição ambiental e alterações climáticas incalculáveis.

Neste mesmo quadro de guerras e grandes dificuldades econômicas; representantes da ala ultraconservadora avançaram e passaram a ocupar postos no parlamento e mesmo em Governos Executivos na Europa e na América, inclusive em países centrais.

A América Latina ao longo de sua história, e de forma permanente, com forças ultraconservadoras ora armada por milícias, esquadrões da morte e grupos paramilitares, responsáveis por chacinas, atentados, práticas de torturas e assassinatos a lideranças, políticos e outros que enfrentavam os interesses das classes dominantes.

Por outro lado, pensando na América Latina temos acompanhado as disputas políticas, as tentativas de golpe e a situação da Argentina que “apelou” por mais um político que se mostra incapaz de solucionar seus graves problemas sociais históricos, nesse caso cabe a pergunta: será que a solução desses problemas históricos está no revezamento de políticos comprometidos com o capital de forma diferente?

Em nossas análises sobre os acontecimentos deste último período, temos identificado um novo personagem de um lado da correlação de forças brasileira, que não identificávamos há uma década; trata-se das forças de direita, autodenominadas (e com orgulho!) onde se abrigam forças ultraconservadoras, aquelas responsáveis pelos atos pós-eleição de Lula e que culminaram na intentona golpista de 08 de janeiro de 2023, com a depredação da Praça dos Três Poderes, ameaça de bombas no aeroporto de Brasília, entre outras.

Importante que as tratemos como forças de direita e extrema direita conservadora e não como uma horda de aloprados. Não o são, como temos visto e acompanhado. Trata-se de forças muito bem organizadas e articuladas. Com Bolsonaro ou sem Bolsonaro.

Emergiram de um contexto de insatisfação popular (2013), foram capturados pelos movimentos golpistas ao Governo Dilma (2015-2016), turbinados pela mídia e levadas ao poder pelo mais alto posto político do País, a Presidência da República (2019-2022).

Esta força política que emergiu das urnas em 2018 e que tanto nos assombra, deve ser tratada como um sintoma do tempo presente. Forças que desde a derrota do nazismo e do fascismo na década de 1940 se mantiveram no limbo pelos horrores de crimes contra a humanidade que produziram na segunda guerra.

Sintoma de um tempo de crise profunda do sistema capitalista, da desolação em relação às profundas desigualdades e da falta de esperança, de rejeição da política e dos governos que, um após o outro, mantém os privilégios das elites e não são capazes de atender aos anseios do povo. Sintoma do fracasso dos velhos modelos de política e das velhas soluções de políticas públicas. Um fenômeno mundial, como se observou nas eleições da França, mas no nosso caso, ainda mais agravado pela reação das nossas elites aos mínimos avanços na direção da classe trabalhadora permitidos pelos governos Lula e Dilma.

Esses movimentos ultraconservadores não podem e não devem ser subestimados. Essa ala da extrema-direita-conservadora cresce, avança para dentro das nossas famílias, comunidades, escolas, mas ela não tem capacidade e nem intenção de responder às necessidades do povo porque sua base é economicamente concentradora de renda, politicamente elitista, cultural e socialmente sustentada pelas desigualdades justificadas ideologicamente pelo racismo, xenofobia, machismo, misoginia, homofobia, capacitismo, ignorância e tantas outras repulsas à diversidade humana que compõe uma sociedade.

A partir dessas desigualdades justificadas historicamente pelo capitalismo temos o feminicídio, a LGBTfobia, a intolerância religiosa e tantas outras formas de discriminação aprofundada pelas pautas de costumes como a criminalização do direito legal do aborto, pela prisão de inúmeros pobres, em especial, negros, da proposta de criminalizar a legítima luta pela terra por meio das ocupações por parte das classes trabalhadoras, dentre tantas outras.

As forças políticas progressistas por sua vez, encontram-se emparedadas, em estado de perplexidade, fragmentadas pela disputa política e encurraladas por todos os lados, com pouco espaço de atuação, devido à burocratização e o distanciamento da luta dos movimentos sociais populares, e de disputa com as forças de direita, estas mais organizadas, armadas e assassinando. Um exemplo é o movimento Invasão Zero, atuando no país como milícias para coibir ocupações de terra e ameaçar lideranças quilombolas, indígenas e camponesas.

A situação do governo Lula, eleito com apertada diferença de votos, é representativa desta correlação de forças. Cercado de um lado pelas históricas forças do capital, pressionado por fora e por dentro de uma aliança com setores do grande capital - financeiro, agro-mínero-hidro explorador, hegemonicamente, com assento majoritário no Congresso Nacional, tem pouco espaço para avançar em políticas públicas de caráter popular.

A título de exemplo, recorremos a estudo publicado pelo INESC denominado "Uma análise qualitativa dos gastos subnacionais em Educação" [1] que revela os efeitos nefastos do Teto de Gastos e do arcabouço fiscal sobre o (sub)financiamento da educação básica, no Brasil , e o boicote ao Plano Nacional de Educação. De acordo com o estudo, o Teto dos Gastos instituído em 2016, foi diretamente responsável pelo Brasil não ter alcançado as metas do Plano Nacional de Educação (PNE) no decênio 2014-2024 e entre 2019 e 2021, apenas sete estados (ou 7 das 27 UF) gastaram mais do que a média nacional de aproximadamente R$ 5.000,00/ano por aluno da rede pública (estadual e municipal).

Essas forças vêm impondo ao Governo uma nova forma de governar, "compartilhando"as decisões sobre destinação do orçamento público. No primeiro semestre de 2024, os deputados decidiram pela destinação de cerca de R$30 bilhões do orçamento federal sem passar por qualquer tipo de escrutínio público.
Não há falta de orçamento no Brasil. A questão atual é que o governo não comanda o orçamento para um projeto político claro. Primeiro, porque não tem projeto político claro. Temos um arranjo político para a governabilidade. Em não havendo projeto, ou sendo capturado pelo Congresso Nacional ou pelas forças da centro-direita *encangados* no governo. Temos orçamento, mas não tem sido destinado para as demandas populares.

O centro desta disputa é uma batalha de projetos com forte acento cultural, na acepção ampla do termo. No sentido de disputa do imaginário da sociedade em relação a um conjunto de valores e princípios que a mobilizam. Ou como já conhecemos, o aprofundamento da disputa pela hegemonia, com traços bem complexos. Nesta batalha, a educação tem um papel fundamental para os setores dominantes, cientes de seu papel estratégico para a consolidação da hegemonia do sistema mundo capitalista.

Não à toa, as marcas do último período, desde o golpe de 2016, são: a BNCC, a BNC - Formação de Professores, agora Resolução 04/2024, o projeto das escolas cívico-militares, a educação domiciliar, a contra-reforma do ensino médio e os projetos de privatização das escolas e do ensino, de múltiplas formas, com destaque às parcerias público privadas da gestão educacional pública, seja na esfera federal, estadual e municipal, com organizações sem fins lucrativos, dirigidas pelos segmentos empresariais.

O projeto educativo das elites, muito bem arquitetado e representado nas propostas das forças ultraconservadoras, com todas essas políticas implementadas no último período, são parte de uma agenda unificada para fortalecer e consolidar o modelo empresarial/mercadológico DE educação, DE escola, NA escola e NO ensino.

[1]Pode ser acessado na íntegra por meio do link https://inesc.org.br/wp-content/uploads/2024/07/resumo-executivo-gastos_subnacionais_educacao.pdf?x69356

Este modelo não apresenta nenhuma ação relevante ou crucial para enfrentar os graves e históricos problemas da educação brasileira (analfabetismo, baixa escolaridade, exclusão escolar, precarização da educação, desvalorização do magistério...) o que temos visto predominantemente é a expansão de programas que utilizam a escola pública e o trabalho docente para o controle da compreensão, do pensamento e da intervenção das classes populares. Isso seja pelo modelo das escolas cívico-militares ou da educação domiciliar, seja pelo modelo do empreendedorismo empresarial, com os valores da meritocracia, do darwinismo social e da resiliência, instalado com o currículo nacional e com a gestão escolar de caráter gerencialista, assim como por meio de práticas que incitam a perseguição e a violência como as da "Escola Sem Partido".

2. Educação do Campo e FONEC

Em relação à Educação do Campo e ao FONEC, uma questão fundamental para nossa discussão neste momento: como fortalecer a nossa presença na disputa por um projeto de campo e de educação humanizador e socialmente emancipatório?

Reconhecemos que na primeira onda progressista pela qual passamos – o período entre 2003 e 2015, pela nossa organização, capacidade de elaboração e mobilização, em um coletivo envolvendo movimentos sociais, sindicais e organizações populares junto com as universidades e institutos federais e parte do governo, tivemos duas das mais importantes conquistas no âmbito das políticas públicas: consolidamos o Pronera como política e criamos a Licenciatura em Educação do Campo.

Em relação ao Pronera, relegado à condição de pária nos governos Temer e Bolsonaro, na atualidade conseguimos um alto grau de mobilização de novos projetos e um novo ambiente para avançar em projetos de formação de profissionais na perspectiva da estratégia dos(as) camponeses(as) na Reforma Agrária e na agricultura familiar. Porém, persistem ainda dois grandes desafios: orçamento e capacidade técnica do INCRA à altura da mobilização.

Em relação às Licenciaturas em Educação do Campo, a condição de curso regular assegurou sua manutenção, porém, em precárias condições, especialmente pela falta de financiamento à alternância. Muitos cursos sofrem a baixa procura pelas vagas ofertadas anualmente, em grande parte provocada pela baixa expectativa de de trabalho nas escolas do campo ainda vítimas do fechamento e da precarização.

Em relação à organicidade do FONEC, no ano de 2020 nos organizamos de forma a permitir a incorporação de novos sujeitos aos fóruns, consolidando as Frentes e desafiando os instrumentos de participação para efetivar a ação. Atualmente temos quatro frentes no âmbito do FONEC: defesa das escolas do campo, licenciatura em Educação do campo, Pronera, Institutos Federais; criadas como estratégia para fortalecer a auto-organicidade da Coordenação Nacional do FONEC, priorizando algumas ações estruturantes de nossa mobilização e luta. De fato a criação das Frentes conseguiu agregar mais militantes dos movimentos sociais,

educadores e educadoras da Educação básica e pesquisadores das universidades, engajados nos fóruns e comitês estaduais de Educação do Campo, nas agendas nacionais do Movimento da Educação do Campo. Mas o diálogo e a interação entre as Frentes, não está fluindo como necessário, o que enfraquece nossa unidade na ação.

Por isso, mesmo reconhecendo nossa capacidade propositiva e organizativa enquanto FONEC, estamos com problemas organizativos de unidade. Embora nos entendamos como sujeitos coletivos, não estamos com unidade na ação. Neste sentido consideramos pertinente discutir: Quais são mesmo as finalidades do FONEC? O que temos acumulado nos últimos tempos, como sujeito coletivo? O que avançamos? Onde vamos ancorar nossa aliança/nossa unidade, nessa fase complexa e contraditória da nossa história? O que seremos capazes de arrancar como conquista deste novo período? Há espaço para alguma conquista? Como aproveitar o momento político atual para pelo menos conter a ofensiva da direita e a lógica destrutiva do capital sobre nossos territórios, nossas escolas?

Diante da conjuntura e dos desafios atuais, a forma que está organizado e estruturado o FONEC, dá conta?

Qual o papel de quem é do FONEC quando está nas instâncias de governo, federal, estadual, municipal?

Compreendemos a necessidade de um diagnóstico sobre as nossas articulações/fóruns e comitês nos estados. Qual a implicação desta organização na atuação em âmbito nacional? Como ampliar e melhorar a participação dos movimentos populares? Constatamos a necessidade de fortalecer e em alguns casos reconstituir a articulação nos estados, nas regiões, garantindo a participação paritária entre os diferentes sujeitos da Educação do Campo.

Devemos preservar a organicidade da executiva do FONEC entre movimentos e instituições de educação. Assim como devemos diferenciar as funções do FONEC e da CONEC e CPN/PRONERA e também da Diretoria de Educação do Campo/MEC e Coordenação do PRONERA/INCRA.

Devemos também avaliar as Frentes e grupos de trabalho no âmbito de cada Frente. Nossas Frentes têm baixa participação dos movimentos populares, sendo predominantemente composta por docentes e estudantes das universidades, o que por si só não é um problema, mas a ausência dos sujeitos da educação básica e dos movimentos dificulta sua relação mais direta com o conjunto de nossa base orgânica.

Em relação à Frente das Escolas do Campo, por exemplo, avançamos no diagnóstico e organização de um coletivo coeso, que se distribui em seis grupos de trabalho: Combate ao fechamento de escolas, Financiamento da educação do campo, Currículo, Educação de Jovens e Adultos do campo, Pessoas com deficiência nas escolas do campo e Educação infantil do campo. Falta fortalecer a definição de uma agenda que articule as demandas de cada um dos Grupos de Trabalho e uma intervenção mais efetiva no combate ao fechamento e fortalecimento das escolas do campo, inclusive com outros sujeitos populares e institucionais.

O FONEC precisa discutir e firmar mais coletivamente as finalidades e as tarefas políticas básicas de cada Frente na construção estratégica unitária de sua atuação. As Frentes precisam ter materialidade, pelas ações específicas que realizem no âmbito nacional, estadual e local e pela conexão ao todo do FONEC e da Educação do Campo.

3. Sobre nossa atuação frente à Conjuntura

Só a luta modifica a vida! E para lutar é preciso agregar forças, reunir os coletivos e provocar o debate e a intervenção, criando estratégias de organização, formação e ação coletiva intencional, relembrando as conquistas coletivas, mantendo viva a memória coletiva que sinaliza futuro. Entendemos que é necessário seguir atuando no âmbito das políticas públicas e ampliando nossa capacidade coletiva de incidência, proposição e de mobilização e reafirmando em cada ação nossa, a concepção de Educação do Campo que coletivamente temos construído.

Plataforma FONEC e Plano Nacional de Educação

a. devemos estar atentos à inclusão e atualização das pautas da nossa Plataforma;
b. colocar uma meta específica da Educação do Campo;
c. articular com a frente parlamentar uma meta do PNE com as pautas da CONAE e da plataforma;
d. incidir no MEC com a proposta da meta destacada.

2. Importante destacar que se abriu para o FONEC a possibilidade de ter assento no Conselho Nacional de Educação como espaço de elaboração e regulamentação das políticas públicas de Educação e a Executiva indicou o nome da Prof.ª Monica Molina, que aceitou e já foi encaminhada sua indicação por meio de Ofício, ao Ministro da Educação.
3. **Que outras iniciativas no campo das Políticas Públicas?**

No que se refere à nossa Organicidade:

1. Chamar as articulações (Fóruns, Comitês, Articulações...) estaduais atuantes com organicidade para dinamizar a região e organizar o FONEC.
2. Buscar parcerias por meio das Universidades e Institutos Federais para viabilizar as ações nacionais, estaduais e regionais do FONEC, tais como Reuniões, Seminários, TV FONEC, site...
3. **Que outras iniciativas no campo da Organicidade para qualificar nossa disputa das finalidades da educação? Como envolver um maior número de educadoras e educadores das escolas do campo nessa organicidade?**
4. **Diante da conjuntura e desafios que temos qual a organicidade popular necessária para enfrentar o próximo período?**